

PODER

Reunião para avaliar execução de emendas

Ministro Flávio Dino, do Supremo, convoca audiência de conciliação para analisar o cumprimento das decisões que cobram transparência no repasse dos recursos

» RENATO SOUZA

Felipe Sampaio/STF



Com efeito, a independência de cada Poder não pode ultrapassar as fronteiras demarcadas pela Constituição, sob interpretação final do STF"

Flávio Dino,
ministro do Supremo

repassados pelo governo. Porém, são os congressistas que indicam os locais, obras e projetos que serão beneficiados.

Uma das dúvidas é se a Controladoria-Geral da União (CGU) adotou medidas para fiscalizar o andamento de obras que estão sendo executadas com recursos de emendas e se foram realizadas auditorias nos valores já repassados, como Dino determinou em decisões anteriores. Aos poucos, em meio a embates com o Congresso, o magistrado foi liberando o pagamento de emendas, de acordo com o tipo de repasse das verbas. Porém ainda bloqueia parte do montante, aguardando que as determinações feitas pela Corte sejam implementadas integralmente.

Embate

A reunião foi marcada por Dino após críticas dos novos chefes

» Dino libera repasses a nove ONGs

O ministro Flávio Dino, do STF, autorizou, ontem, o repasse de emendas parlamentares para nove entidades. A decisão ocorre após uma análise sobre a transparência das informações divulgadas por essas organizações — cobradas pelo magistrado em 3 de janeiro, caso contrário, ficariam impedidas de acessar novos recursos. Foram beneficiadas com a decisão: Instituto do Câncer de Londrina; Fundação Faculdade de Medicina; Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec); Instituto de Incubação e Aceleração (IA); Instituto Práxis de Educação, Cultura e Assistência Social; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos; Avante Brasil, Eventos, Capacitação, Projetos Científicos e de Inovação Tecnológica; Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco; e Instituto BR Arte.

do Congresso. No discurso de posse como presidente do Senado, na segunda-feira, Alcolumbre citou especificamente o impasse sobre pagamento de emendas. "A recente controvérsia sobre as emendas parlamentares ao Orçamento ilustra a necessidade de respeito mútuo e diálogo comum. As decisões do Supremo devem, sim, ser respeitadas, mas é igualmente indispensável garantir que este Parlamento não seja cerceado em sua função primordial de legislar, de representar os interesses do povo brasileiro. Inclusive, levando recursos e investimentos a todas as regiões do Brasil", enfatizou.

Alcolumbre ressaltou que membros dos Três Poderes estavam presentes no Congresso e falou em "responsabilidade". "Que a presença hoje aqui, de representantes dos Três Poderes, seja mais do que um gesto formal. Seja um símbolo vivo de

que podemos construir, sim, juntos, e devemos agir com responsabilidade e compromisso de nação", completou.

Em entrevista à CNN Brasil, Hugo Motta criticou a decisão de Dino, mas concordou que algumas mudanças precisam ser feitas. "Acho que o Brasil inteiro acompanhou a decisão do ministro Flávio Dino, inclusive abrindo inquérito na Polícia Federal. Trouxe muita turbulência política, tanto entre líderes da Câmara como também do Senado", lembrou. "Sempre defendemos que uma mediação seria necessária, pois da mesma forma que o Congresso não abre mão de sua prerrogativa de participar da indicação de recursos junto ao Orçamento, entendemos que algumas mudanças precisam ser feitas no âmbito da transparência e da rastreabilidade", acrescentou.

Atenção aos preços dos alimentos

» VANILSON OLIVEIRA

Joédson Alves/Agência Brasil



Fávaro diz que preços tendem a baixar, inclusive, pelo recuo do dólar

e evitar desabastecimento ou oscilações bruscas de preços. "Se tivermos qualquer perspectiva de diminuição na produção, como batata, então que incentivemos de forma mais contundente produtores de batata. Precisamos garantir o abastecimento e impedir

que a população sinta no supermercado o reflexo de problemas na produção agrícola."

O ministro citou, também, a variação cambial como um dos vilões. "Nos últimos dias, o dólar chegou perto de R\$ 5,80, o reflexo vai também acontecer no preço

dos alimentos. A atenção tem de ser o monitoramento de qualquer produto da cesta básica e da mesa do brasileiro que possa ter a diminuição de oferta", destacou.

O titular da Agricultura também mencionou a necessidade de ajustar a política de financiamento agrícola, sugerindo mudanças no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). "Estamos propondo, junto ao Ministério da Fazenda, que se dê um tratamento diferenciado ao Pronamp, que são os médios produtores, tal qual já tem o Pronaf para pequenos produtores", disse. "Com isso, ganhamos escala em produtos necessários. Mas não dá para ser para tudo, temos dificuldade de orçamento para equalizar a taxa de juros, mas estamos tratando isso."

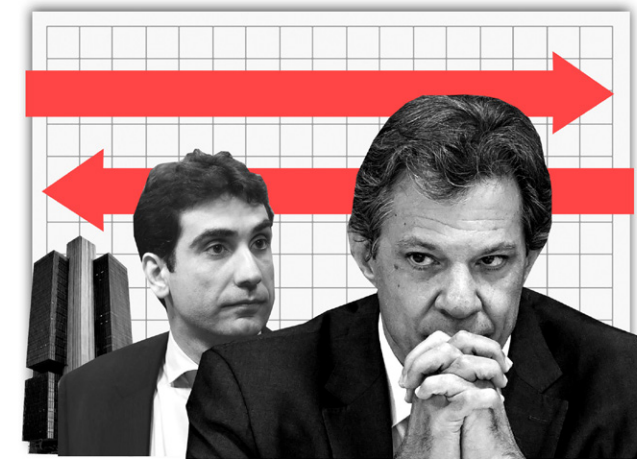
Outro ponto defendido pelo ministro foi a necessidade de um seguro rural mais abrangente. Fávaro explicou que mudanças climáticas têm trazido riscos cada vez maiores para a produção agrícola.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Haddad e Banco Central divergem sobre inflação

O Banco Central comunicou ao mercado, nesta terça-feira, que suas expectativas de inflação aumentaram de forma significativa nos últimos meses, a curto e a longo prazos. Registrou, especialmente, a alta do preço dos alimentos, conforme a ata da reunião do Conselho de Política Monetária (Copom). Realizada na semana passada, a primeira sob a presidência de Gabriel Galípolo, a reunião subiu os juros de 12,25% para 13,25% (Selic) e manteve a previsão de que deverão chegar a 15% até junho.

O BC atribuiu a inflação dos alimentos à estiagem e ao aumento do preço das carnes, por causa do câmbio. A ata do Copom também afirma que o dólar pressiona preços no Brasil e, por isso, os produtos industrializados podem ficar mais caros. Entretanto, o dólar recuou mais uma vez ontem, a R\$ 5,77, voltando ao patamar de novembro passado. Há 12 dias consecutivos está em queda. A variável que influencia a queda do dólar é o aumento de tarifas proposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mais fraco do que se previa, depois de acordos com o Canadá e o México.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, porém, avalia que o comportamento do câmbio deve influenciar na inflação dos alimentos para baixo. "O dólar estava a R\$ 6,10 e agora já está a R\$ 5,80. Então, isso já ajuda muito. Então, trazendo com a ação do Banco Central, a ação do Ministério da Fazenda, essas variáveis macroeconômicas se acomodam em outro patamar e isso, certamente, vai favorecer", disse o ministro, na manhã desta terça-feira.

A inflação do grupo alimentos e bebidas, calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 14,08%, o maior aumento percentual no indicador desde 2021. Esse grupo deve manter a trajetória de alta no IPCA de janeiro, que será divulgado na próxima sexta-feira. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), 12 dos principais alimentos básicos vendidos em redes varejistas registraram uma valorização de 14,22% nos 12 meses do ano passado, em relação ao mesmo período de 2023.

Em dezembro do ano passado, a cesta desses produtos custava R\$ 345,23. No mesmo período de 2023, o valor era de R\$ 302,24, segundo a Abras. Na cesta com 35 produtos de largo consumo, a alta foi de 9,96%. Subiu de R\$ 722,57, em 2023, para R\$ 794,56, em 2024, na média nacional. As maiores altas foram registradas na carne bovina — cortes do dianteiro (+25,25%).

Os maiores aumentos foram o café torrado e moído (+39,60%), seguido por óleo de soja (+29,22%), leite longa vida (+18,83%) e arroz (+8,24%). Já as quedas foram puxadas pelo feijão (-8,58%) e pelo açúcar refinado (-0,41%). Os preços dos hortifrutigranjeiros registraram deflação no ano: cebola (-35,31%), tomate (-25,87%), batata (-12,54%). A maior alta da cesta básica veio do Sudeste (+17,05%), seguida por Centro-Oeste (+15,76%), Nordeste (+12,15%), Sul (+12,04%) e Norte (+9,94%).

Agenda econômica

Na contramão do BC, Haddad está muito confiante: "A safra deste ano, por todos os relatos que eu tenho tido do pessoal do agro, vai ser uma safra muito forte. Isso também vai ajudar", concluiu. O ministro promete encaminhar ao Congresso, ainda hoje, uma agenda com 25 propostas para a economia.

No pacote, estão a regulamentação das big techs, para evitar monopólio de mercado das grandes plataformas digitais, a reforma da previdência dos militares, a limitação dos super-salários, a nova lei de falências, o fortalecimento de proteção a investidores no mercado de capital e a modernização no regime de concessão e PPPs. Não é uma agenda fácil.

Essa agenda será apresentada inicialmente ao novo presidente da Câmara, Hugo Motta (PR-PB), que antecipeu o início das sessões de terça e quarta-feira para 16h e quer a presença física dos parlamentares em plenário para debater as matérias. Motta submeterá as pautas da Casa aos líderes de bancada, porém, sem abrir mão de decidir quando serão votadas.

Tanto Motta quanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sinalizam que pretendem fortalecer Haddad. O ministro da Fazenda é muito criticado pela bancada do PT, por defender um ajuste fiscal que enfrenta resistências do próprio presidente Lula, cuja menina dos olhos na agenda econômica é a reforma do Imposto de Renda, com a taxa dos muito ricos e a isenção do imposto para os que têm renda de até 5 salários mínimos.

TANTO MOTTA QUANTO ALCOLUMBRE SINALIZAM QUE PRETENDEM FORTALECER HADDAD. O MINISTRO DA FAZENDA É MUITO CRITICADO PELA BANCADA DO PT